

Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro*

*José Paulo Zeetano Chahad***

Este texto aborda a questão do emprego e do desemprego no contexto da estabilização de preços, tomando como referência a década de 90, com destaque para o período que sucede a adoção do Plano Real. Após sucessivos anos de vertiginoso crescimento dos preços e de inúmeras e fracassadas tentativas de controlar a inflação, a estabilização foi alcançada com o referido plano, iniciado em julho de 1994 e implementado mais vigorosamente com o fim da indexação salarial em junho de 1995.

Desde então, uma nova realidade apresenta-se à sociedade brasileira. Com a consolidação da estabilização, assim como do paulatino desaparecimento da memória inflacionária (mas ainda não eliminada), os problemas reais do mundo sócio-econômico tornaram-se mais transparentes, em especial as questões relativas ao mercado de trabalho, com ênfase no desemprego. Agora, sem que se desconheça sua gravidade, este passou a ser o novo vilão em substituição à velha inflação. Ademais, tal transparência torna o quadro mais dramático, pois, num plano mais imediato, ela acontece em decorrência dos impactos negativos da globalização sobre o emprego no setor industrial, o qual abriga as ocupações de melhor qualidade no mercado de trabalho brasileiro e, numa ótica mais ampla,

* Texto elaborado para a revista **Indicadores Econômicos FEE**, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, referente ao segundo trimestre de 1998, abordando o tema **O desemprego no Brasil: causa ou consequência da estabilização econômica?**. As opiniões aqui expressas são de exclusiva responsabilidade do autor.

N.E. O título do Tema em Debate deste número da revista foi modificado para **Desemprego e Perspectivas do Mercado de Trabalho no Brasil**.

** Professor Titular da USP/FEA e Assessor Especial do Ministro do Trabalho.

O autor agradece a Maria das Graças Parente Pinto e a Wender Ulhoa Assis pelo levantamento e pela elaboração dos dados estatísticos, cujas informações mais atualizadas vão até maio de 1998. Agradece, também, ao Bacharelando Leopoldo Zortéa pelo apoio computacional.

reflete novas facetas da questão ocupacional numa sociedade marcada por desigualdades sócio-econômicas.

Entende-se aqui que reduzir a análise do desemprego à considerá-lo como “causa ou consequência do processo de estabilização”, apesar de ter sua relevância, carece de maior importância neste momento em que o País está buscando, simultaneamente, extirpar definitivamente a inflação, integrar-se num mundo competitivo e adaptar-se às profundas transformações que estão ocorrendo na área do trabalho, inclusive no cenário internacional. Isso tem conduzido à significativas transformações na estrutura do emprego, com aumento da mobilidade de trabalhadores da indústria para o Terciário, do trabalho assalariado para o trabalho não assalariado, das regiões metropolitanas para outras regiões, revelando novos aspectos do emprego e do desemprego que não se esgotam apenas no enfoque da estabilização de preços.

Essa mescla de fatores impõe múltiplas explicações para o fenômeno do desemprego brasileiro atual, as quais tendem a sobrepujar os aspectos de cunho conjuntural referentes ao binômio inflação-desemprego, conferindo uma nova dimensão não só ao diagnóstico, como também às proposições de políticas visando ao combate ao desemprego. Nesse sentido, a observância do Gráfico 1, contendo a evolução da média mensal da taxa de inflação e do desemprego, revela uma relativa independência entre essas variáveis, exceto, é claro, em períodos curtos após o Plano Real, quando medidas restritivas mais fortes foram tomadas para garantir o processo de estabilização.¹

1 - Estabilização, ajuste estrutural e crescimento econômico

Desde meados dos anos 80, o Brasil vinha enfrentando um galopante processo inflacionário, com tentativas de estabilização como foram os Planos Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989) e Collor (1990), os quais

¹ Parece já consagrado, no campo da teoria econômica tradicional e no espírito da Curva de Phillips, que, em curto prazo, a estabilização (inflação) e o desemprego guardam forte correspondência entre si. Para tanto, basta ver as recentes experiências brasileiras de 1995, para responder à crise mexicana, e de 1997, para impedir efeitos internos mais danosos provenientes da crise asiática. Este texto não ignora esse aspecto, mas buscará revelar que os atuais problemas do desemprego brasileiro, em particular, e do mercado de trabalho, em geral, estão atrelados mais às causas estruturais, cujo equacionamento é mais complexo, sobrepondo-se às preocupações de curto prazo.

fracassaram principalmente pela falta de reformas estruturais que lhes completassem. A partir de então, o País buscou incorporar-se a um modelo de estabilização com reformas estruturais, orientado para a manutenção do equilíbrio macroeconômico e da progressiva abertura dos mercados, para uma vinculação crescente com a economia mundial, conjuntamente com o início de uma política de privatizações das empresas públicas, e para a flexibilização dos monopólios estatais. Essa opção brasileira de condução do processo econômico é o fator determinante do que hoje vem ocorrendo no mercado de trabalho.

Para trilhar esse caminho, era necessário estabilizar a moeda, o que foi feito com a adoção do Plano Real, que, de forma oposta aos planos anteriores, não optou pelo congelamento de preços e salários, mas, sim, pelo realinhamento geral de preços e contratos, através da criação da Unidade Real de Valor (URV), a qual foi equiparada à taxa de câmbio. Ao se introduzir o real, com a taxa de câmbio fixa, estabilizaram-se os preços, notadamente dos bens comercializáveis, o que, combinado com a rápida desindexação da economia e a eliminação do “imposto inflacionário”, produziu uma aceleração inicial da demanda agregada. Ademais, desde 1992, havia sido iniciado um programa de liberação dos fluxos de capitais externos, os quais, na presença de uma alta taxa de juros interna, estimularam ainda mais o nível de atividade doméstica.

Face ao modelo adotado e às condições produtivas do País, a estabilização somente pode ser sustentada por um crescente déficit comercial, conforme pode ser atestado pelo Gráfico 2, atingindo a cifra de US\$ 8,4 bilhões em 1997. Isso ocorreu devido a um forte aumento das importações, em especial de bens de consumo e de bens de capital, e ao estancamento das exportações, desestimuladas por um câmbio desfavorável. Ao mesmo tempo, também houve modificações na composição das exportações, em direção ao aumento da participação de produtos com menor valor agregado. Claramente, essas modificações na composição das importações e das exportações têm contribuído para as tendências observadas no mercado de trabalho, em período recente.

O déficit fiscal operacional, com a economia estabilizada, manteve-se constante, em torno de 3,0% a 4,0% do PIB, mas numa situação de elevação da dívida pública interna, a qual vem crescendo relativamente ao Produto, em decorrência da política de juros elevados e das dificuldades em promover um ajuste fiscal que permita sustentar a estabilização com uma menor dependência da taxa de câmbio.

Apesar dessas restrições, mas dentro de um contexto de uma economia estabilizada, o País continuou a crescer, ainda que num ritmo menor, conforme revela o Gráfico 3. Nota-se, contudo, que, entre 1993 e 1997, o PIB brasileiro aumentou a uma média anual de cerca de 4,0%, equivalendo ao dobro da taxa

de crescimento dos cinco anos anteriores, indicando que os problemas referentes ao mercado de trabalho não podem ser atribuídos unicamente à tese de que a economia se estagnou, mas também às amplas mudanças estruturais por que o País tem passado e deverá continuar passando.

Ainda sob a ótica macroeconômica, mas com implicações tanto para o nível quanto para a estrutura do emprego, destaca-se o comportamento do investimento interno bruto, cuja proporção em relação ao PIB tem se mantido relativamente estável na década de 90, mas aquém dos valores observados anteriormente, em especial nos últimos anos das décadas de 70 e 80, conforme revela o Gráfico 4. Esse comportamento decorre de inúmeros aspectos ligados aos determinantes dos investimentos, destacando-se nitidamente a política de juros elevados que acompanha o financiamento do déficit público. A isso deve-se, também, adicionar o fato de que as empresas privadas nacionais e/ou internacionais, apesar da estabilização econômica, ainda não conseguem formar suas expectativas de médio e de longo prazos, outro elemento essencial para as decisões de investimentos.

Em síntese, na década de 90 o País enveredou por amplas transformações estruturais, assim como implementou um ousado, mas bem-sucedido, plano de estabilização, reduzindo drasticamente a inflação. As conseqüências repercutiram não somente na economia, tendo produzido grandes transformações no mercado de trabalho, as quais transcendem as eventuais avaliações de impactos unicamente na taxa de desemprego. Sob a ótica estrita do mercado de trabalho, algumas dessas transformações podem ser identificadas como fenômeno proveniente do lado da demanda por trabalho, como, por exemplo, o declínio do trabalho assalariado formal, enquanto outros, como, por exemplo, o desemprego, padecem também de influências do lado da oferta de mão-de-obra.

2 - A natureza das mudanças na composição da ocupação da força de trabalho

O término da inflação trouxe novos horizontes para a sociedade, em especial para a força de trabalho, permitindo aos trabalhadores e consumidores fazerem previsões mais seguras sobre seu futuro e, assim, planejarem seu orçamento. Sob a ótica empresarial, impôs novos padrões ao comportamento das empresas, trazendo-lhes a necessidade de uma filosofia voltada para a eficiência produtiva como estratégia de sobrevivência e condição de competitividade. Ademais, as mudanças estruturais introduzidas, num contexto onde a globalização não é um rótulo, mas, sim, uma avalanche de mudanças nos processos de organização

da produção e dos novos métodos de ocupação e gerenciamento da mão-de-obra, trouxeram drásticas modificações ao mercado de trabalho, sob as mais diversas óticas, as quais não podem ser olhadas somente sobre a ótica do desemprego.

2.1 - A redução do emprego formal

A principal e, talvez, a grande transformação refere-se à retração do emprego formal, comandada pelo forte declínio do emprego no setor industrial. De fato, pelo cômputo das estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED) — Lei nº 4.923/65 —, houve a eliminação de aproximadamente 2,5 milhões de postos de trabalho entre janeiro de 1990 e dezembro de 1997, grande parte deles em decorrência da eliminação de vagas no setor industrial.² A visualização dos Gráficos 5 e 6 e as estatísticas neles contidas indicam que o emprego formal industrial foi o que apresentou a maior queda, em torno de 13,39% entre janeiro de 1992 e abril de 1998, vindo a seguir a indústria da construção civil (-6,90%) e a administração pública (-0,48%). Parte desse declínio foi atenuado pelo comportamento do emprego no setor serviços, o qual elevou seu nível de ocupação em 2,9%, e o emprego no comércio manteve-se praticamente estagnado (+0,09%). De qualquer forma, o emprego formal, para o total das atividades econômicas, retraiu-se em cerca 3,25%, o que possui não só implicações quantitativas, mas também para a qualidade dos empregos disponíveis para a força de trabalho.

Eis aqui um fato que merece atenção. Muitos tendem a identificar automaticamente essa retração do mercado formal com o aumento do desemprego, o que não é verdade, pois parcela desses trabalhadores migrou para outros setores, em especial para o Terciário formal, como já vimos, ou mesmo para atividades informais, segundo apontam todas as estatísticas de ocupação disponíveis. Pela profundidade e extensão, essa redução de postos

²É importante, entretanto, destacar-se que, após o processo de abertura comercial, no início da década de 90, quando o setor industrial enveredou, efetivamente, em seu chamado "ajuste estrutural", o movimento de desligamento de trabalhadores foi maior antes do Plano Real do que posteriormente, quando a economia se estabilizou. De fato, de acordo com o CAGED-Lei nº 4.923/MTb, a média mensal de desligamentos, no período entre janeiro de 1990 e junho de 1994, era de cerca de 187 mil trabalhadores, cifra que se reduziu para aproximadamente 111 mil trabalhadores desligados por mês entre julho de 1994 e dezembro de 1997.

de trabalho, na dimensão observada, advém do impacto da abertura comercial que substituiu o antigo modelo de industrialização protegida, recaindo, assim, nesse setor.

Além disso, essa menor absorção de trabalho pelo mercado formal tem conduzido a outra interpretação indesejada sobre o desemprego, ainda que não se desconheça a severidade deste. É nesse mercado que se abrigam os trabalhadores protegidos por contratos e vínculos de trabalho cobertos pela legislação trabalhista e previdenciária e pelos estatutos públicos, que os colocam na rede de proteção social do Estado. As dificuldades de permanecer nesse mercado, ou a ele retornar, representam uma nova realidade para o trabalhador brasileiro, notadamente nas áreas urbanas.

Nesse sentido, de acordo com as estimativas do DIPES/IPEA, a probabilidade de um elemento da PEA metropolitana obter uma ocupação com carteira assinada caiu de 55,73% em 1986 para 46,18% em 1995, sendo a elevação da taxa de desemprego aberto responsável por cerca de 12,0% dessa modificação. Isso indica que muito daquilo que tem sido identificado como desemprego *strictu sensu*, preocupando a sociedade em geral, pode ser atribuído à crescente dificuldade em se obter um emprego com carteira de trabalho assinada, garantindo ao trabalhador os benefícios da rede de proteção social, independentemente da qualidade dessa rede.

2.2 - Indústria: queda no emprego e aumento da produtividade

A retração do mercado de trabalho formal identifica-se, em grande parte, com o impacto sofrido pela indústria brasileira. Esse movimento do setor industrial em direção a uma significativa redução no ritmo e no nível de absorção de mão-de-obra deveu-se tanto às consequências da abertura comercial no contexto da globalização da economia, que lhe impôs a busca incessante da competitividade, quanto ao próprio modelo de estabilização e ajuste econômico adotado pelo País. Em outras palavras, na explicação do declínio do emprego industrial, mesclam-se fatores de ordem estrutural, assim como aqueles decorrentes dos ajustes e da correção de rota promovidos pelo Governo, tendo em vista a preservação do Plano Real.

Como fenômeno de natureza estrutural, o impacto sobre a indústria originou-se dos novos padrões tecnológicos, organizacionais e gerenciais no caminho da competitividade, destacando-se dentre esses:

- a) encurtamento dos ciclos de produção, de inovações e de negócios;

- b) consolidação das tecnologias da informática e da computação, que se transformam em instrumentos hegemônicos de uma nova era econômica, assim como na indústria;
- c) novas formas de gestão dos negócios e do trabalho;
- d) mudanças na divisão do trabalho, na alocação da mão-de-obra dentro da empresa e entre as empresas, com o advento da terceirização; e
- e) novos requisitos demandados ao trabalhador em termos de sua polivalência, adaptabilidade, participação, iniciativa, cooperação e conhecimento dentro dos novos processos produtivos.

Esse novo padrão possui duas implicações básicas sobre a ótica da geração de empregos. Por um lado, diminui sensivelmente os requisitos de trabalho por unidade de capital utilizada, assim como de Produto gerado. Por outro lado, demanda cada vez mais trabalho de melhor qualificação, como forma de se obterem rapidamente os ganhos de produtividade. Esses ganhos são indispensáveis para garantir a competitividade e, assim, obter vantagens da globalização. Ocorre, porém, que a elevação da produtividade amortece os efeitos do crescimento do Produto industrial sobre o nível de emprego no setor.

Nessa direção, o Gráfico 7 revela que, no início de 1998, relativamente ao início de 1991, a produtividade industrial brasileira havia crescido cerca de 63,0%, uma cifra nada desprezível para os padrões consagrados para alterações nessa variável. Isso indica que, ao menos na indústria, o problema da debilidade na geração de empregos está menos associado ao dinamismo da economia, mas, sim, a fatores ligados ao funcionamento do mercado de trabalho, o qual vem recebendo constantemente os efeitos de rápidas transformações tecnológicas na base produtiva. Desse modo, se existe um fato marcante na evolução do emprego no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90, ele está basicamente relacionado aos aumentos de produtividade, mais do que qualquer outra explicação.

Além do ataque externo da globalização, a própria forma de manutenção da estabilidade de preços tem contribuído para dificultar a geração de empregos, notadamente na indústria. Aqui despontam algumas correntes explicativas. Para Netto (1996), as dispensas ocorridas na indústria, e que continuam a ocorrer, têm sido determinadas pela retração da demanda global, decorrente da excessiva valorização da taxa de câmbio. Com o real valorizado, as importações ficam mais baratas, e as exportações sofrem forte desestímulo cambial, retraindo-se, o que é reforçado por uma penalização decorrente de uma estrutura cara de encargos sociais, assim como de outras pressões de custos decorrentes da ineficiência da infra-estrutura produtiva do País, o chamado Custo Brasil. As

importações geram desemprego, e as exportações não competitivas não geram novos postos de trabalho.

Essa perda da competitividade das empresas, em especial na indústria, é o argumento utilizado também por Amadeo (1996). Isso decorreria da redução da rentabilidade dos setores produtores de bens comercializáveis, ou seja, aqueles voltados para as exportações. A diminuição da rentabilidade ocorre porque os custos unitários do trabalho têm crescido mais rapidamente do que os preços praticados pelas empresas, descontada a taxa de câmbio. Mesmo na presença de forte crescimento da produtividade industrial, parte dessa elevação dos custos deve-se ao crescimento dos salários reais em dólares. A combinação desses fatores tem atuado na direção da redução das margens de lucros, levando as empresas a se empenharem cada vez mais nos ganhos de produtividade do trabalho, como forma de elevar a produção, visando atender às demandas interna e externa.

Finalmente, nessa linha de argumentos, Pires de Souza (1996) tem mostrado que, desde o início dos anos 80, tem havido uma drástica mudança de preços relativos entre os bens de capital (tanto doméstico como, principalmente, importados) e o preço da mão-de-obra, em direção ao encarecimento desta, levando o sistema produtivo a, *ceteris paribus*, utilizar técnicas de produção cada vez mais poupadoras de mão-de-obra, com a conseqüente redução das oportunidades de emprego nos setores industriais. Nessa direção, Pastore (1998), atribui, dentre outros fatores, o encarecimento dos custos da mão-de-obra às mudanças na Constituição Federal de 1988, a qual elevou os encargos sociais incidentes sobre as contratações legais em cerca de 40,0%, impondo, ainda, um estreitamento forte e indesejado no campo da negociação entre as partes.

De qualquer forma, seja pela pressão de razões de ordem estrutural advindas do "ajuste produtivo" imposto pela globalização, seja, então, pela "armadilha cambial" que tem sido o esteio da estabilização, na ausência das demais reformas de base de que o País necessita, a retração do mercado formal de trabalho tem implicado mais uma importante alteração na composição setorial da ocupação do que uma dramática elevação do desemprego aberto, como muitos apregoam.

2.3 - A perda de importância do emprego metropolitano

Qualquer que seja o enfoque, o desemprego aparece como uma questão dramática nas regiões metropolitanas. Isso não deixa de ser verdade, mormente

nas grandes metrópoles brasileiras, que ainda exercem um importante papel de pólos de atração para aqueles que desejam migrar. Mas aqui também é preciso cautela ao se tratar essa questão. Independentemente das fontes de informações, as indicações são de que a retração do emprego, principalmente formal e industrial, nas áreas metropolitanas tem sido acompanhada por importantes realocações de empresas, e empreendimentos, para outras regiões do País.

As estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, retratadas no Gráfico 8, corroboram as afirmações anteriores: tomando-se como referencial alguns dos principais estados brasileiros, nota-se que, paralelamente ao declínio do emprego metropolitano, ocorre um avanço da ocupação não metropolitana. Tomando-se o Estado de São Paulo como exemplo, pode-se constatar que, enquanto o emprego metropolitano declinou cerca de 1,3% entre 1992 e 1996, o emprego nas regiões não metropolitanas do Estado se elevou em cerca de 0,9%.

Essa realocação tem recebido as mais variadas explicações, como condições ambientais, isenções fiscais, qualidade de vida do trabalhador, ambiente favorável à empresa, qualidade e facilidade de recrutamento da mão-de-obra, menor influência sindical, dentre outras. Mas, qualquer que seja a corrente mais adequada, não se pode ocultar a importância desse fato para a interpretação sobre o que está ocorrendo com o desemprego e a geração de empregos no País.

2.4 - A qualificação da mão-de-obra e o emprego

Outro fator estrutural determinante para explicar o que hoje ocorre no mercado de trabalho se encontra no baixo coeficiente de escolaridade e, portanto, de qualificação da população brasileira como um todo e da força de trabalho no que diz respeito às atividades produtivas e ao mercado de trabalho. Não se pode negar que muito do comportamento observado nesse mercado se associa ao baixo conteúdo educacional da mão-de-obra, onde cada trabalhador possui, em média, não mais do que 3,8 anos de estudo. Esse fator correlaciona-se com múltiplas facetas do mercado de trabalho, com a geração de empregos, com os níveis de rendimentos reais, com os índices de rotatividade, com os padrões de produtividade e com as taxas de desemprego.

Sem qualquer outra consideração, esse nível de escolaridade já é fator limitante para a absorção de mão-de-obra, qualquer que seja o padrão tecnológico adotado. Agora, levando-se em conta os requisitos de qualificação e de habilitação do trabalhador demandados pelo atual progresso técnico, esse baixo grau de

escolaridade transforma-se numa barreira quase intransponível sob a ótica do crescimento com absorção de mão-de-obra, notadamente quando se junta a outras restrições, como o peso dos encargos sociais no custo da mão-de-obra, conforme já apontado.³

Recorrendo aos dados da PNAD-IBGE contidos no Gráfico 9, é possível ver o impacto negativo da falta de instrução do trabalhador nas suas possibilidades de emprego. Para um crescimento do total de postos de trabalho em torno de 8,0% no período 1992-96, verifica-se que, enquanto os trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade experimentaram um aumento do volume de ocupação acima de 20,0%, os trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade viram decrescer o seu nível de ocupação em cerca de 8,17%, boa parte migrando, provavelmente, para o *pool* de desempregados.

A elevação da qualificação da força de trabalho não resolveria isoladamente os inúmeros problemas a serem equacionados em termos de mercado de trabalho, ou, então, da diminuição da “dívida social”, ou mesmo de um exercício mais amplo de cidadania do trabalhador. Educar e treinar a população trata-se, contudo, de um verdadeiro imperativo histórico, que transcende a questão de adaptar a força de trabalho aos requisitos das novas tecnologias.

2.5 - O aumento da informalidade no trabalho

Paralelamente à diminuição do mercado formal de trabalho, constata-se um vigoroso aumento da “informalização” do trabalho, e mesmo das relações de trabalho, claramente constatada no Gráfico 10. Seria um grande equívoco não associar esse fato com um aumento da “precarização” das ocupações que estão sendo criadas ou, na ausência de maiores oportunidades de emprego, ganhando espaço. Mas, atualmente, o mercado informal de trabalho vai além do subemprego e da subocupação da mão-de-obra, não se constituindo somente de ocupações de baixa qualificação e reduzida produtividade, ainda que esses se constituam em sua maioria.

O setor informal, hoje, não representa somente um receptáculo dos pobres, marginais, desalojados e excluídos, mas já contém, também, uma representativa

³ Sobre as influências da educação, da formação profissional, do treinamento e da formação de recursos humanos no perfil do novo trabalhador, decorrentes das transformações tecnológicas em curso, ver, dentre outros, Leite (1996).

parcela da força de trabalho que, em decorrência dos novos padrões produtivos, encontra na informalidade sua forma de inserção no mundo do trabalho, não importando a razão pela qual isso vem a ocorrer. Esse mercado ainda é essencial para a sobrevivência de grande parte dos trabalhadores, mas também representa desenvolvimento e prosperidade para muitos.

2.6 - A mudança na composição do mercado de trabalho

Nesse quadro de amplas transformações na estrutura do emprego, do ritmo e dos desafios impostos pela globalização com relação à economia, da necessidade de tornar-se competitivo num cenário de aguda escassez de mão-de-obra qualificada e numa estrutura de encargos sociais adversa, onerando a mão-de-obra, numa rede de infra-estrutura ineficiente, encarecendo ainda mais os custos de produção, num contexto de rigidez na queda do déficit público, face às dificuldades das reformas estruturais necessárias, impedindo a redução dos juros e a retomada dos investimentos, enfim num contexto muito adverso à criação de mais e melhores empregos, o País não diminuiu seu grau de absorção de mão-de-obra.

Mesmo nas regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME-IBGE), o nível de ocupação vem crescendo desde o início dos anos 90, conforme se pode observar no Gráfico 11, o qual aumentou cerca de 9,0% entre 1991 e 1998. Com o declínio do emprego formal, em especial no setor industrial, o caminho "natural" da ocupação foi caminhar para o Setor Terciário, ainda que isso significasse mudança na qualidade dos empregos gerados. Parte dessa transformação pode, também, ser atribuída ao processo de terceirização dos serviços promovido pelas empresas brasileiras, em especial pela indústria, provocando parte da transferência de empregos do Setor Secundário para o Terciário. Como consequência desse processo, os dados do IBGE revelam que, em 1995, as atividades terciárias já abrigavam cerca de 73,4% das ocupações não agrícolas e, aproximadamente, metade da população ocupada do Brasil.

O impacto da estabilização inflacionária e a busca da inserção do País numa economia mais competitiva, com a conseqüente abertura comercial no início dos anos 90, podem ser sumariados, em termos do mercado de trabalho, na evolução do emprego, formal e informal, e do desemprego aberto, conforme revela o Gráfico 12. Nele, observa-se um crescimento do mercado informal de trabalho, paralelamente à queda do trabalho formal, com a taxa de desemprego

mantendo uma relativa constância.⁴ Neste último caso, deve-se destacar que tal não significa que o desemprego aberto seja imune aos ajustes de política econômica decorrentes da necessidade de manter a estabilidade, ou, então, ao espasmos de retomada da economia que costumam ocorrer, mesmo em curto prazo.

3 - A evolução do desemprego aberto⁵

3.1 - Ciclo de conjuntura e desemprego aberto

Apesar de inúmeros períodos de descontinuidade e da adoção de diferentes modelos de crescimento, a economia brasileira sempre apresentou uma alta capacidade de absorção de mão-de-obra, relegando o problema do desemprego a um plano secundário. Esse passou a ser uma preocupação social mais forte a partir dos anos 80, quando o País começou a praticar políticas de ajuste econômico de cunho conjuntural, numa economia mais intensa em atividades capitalistas. A partir de então, com a emergência em escala crescente de crises cíclicas, o fenômeno do desemprego passou a ganhar notoriedade, principalmente pelo maior assalariamento da força de trabalho, tornando vulneráveis à dispensa ou à demissão um número crescente de trabalhadores.⁶

Conforme mencionado na introdução, controlada a inflação, estabilizada a economia, o desemprego passou a ser a preocupação maior da sociedade, fato agravado pela sensibilidade da população com relação aos efeitos de longo prazo das transformações tecnológicas em curso, o que confere efeitos mais

⁴ As informações do Gráfico 12 devem ser tomadas com cautela. Por si só, já é matéria polêmica, sob a ótica tanto conceitual quanto, principalmente, estatística, avaliar a composição do mercado de trabalho. No caso, o conjunto da força de trabalho englobado em "outros mais informal" inclui trabalhadores que contribuem, de alguma forma, para a rede de proteção social do Estado, não rigorosamente informais, em sua forma tradicional. Dessa forma, as estatísticas desse gráfico devem ser interpretadas muito mais como indicativas das tendências das mudanças do que reveladoras de patamares das variáveis ali contidas.

⁵ A definição de desemprego aberto aqui adotada é aquela tradicionalmente utilizada nos padrões internacionais, ou seja, encontra-se nessa situação o indivíduo em idade ativa, apto, são, disponível para o trabalho à taxa de salários compatível com sua especialidade e não obtendo ocupação, apesar de buscá-la ativamente. Ademais, não deve auferir renda no mercado, podendo estar recebendo, contudo, o Seguro-Desemprego, ou benefício equivalente. Doravante, utilizaremos apenas a expressão desemprego para caracterizar essa situação.

⁶ Para uma discussão mais aprofundada desse aspecto, ver Chahad (1986).

dramáticos ao desemprego. De qualquer forma, as taxas hoje observadas ainda estão aquém daquelas verificadas na crise do início dos anos 80, ainda que as mesmas venham apresentando tendência ao crescimento, conforme revelam as informações do Gráfico 13.⁷

Utilizando-se os dados da PME-IBGE e tomando-se a média móvel trimestral da taxa de desemprego, o que ameniza a questão da sazonalidade, a menor taxa verificada entre 1991 e 1998 foi de 4,12% no primeiro trimestre de 1995, ainda no início da estabilização, enquanto a maior foi da ordem de 6,65%, exatamente no primeiro trimestre deste último ano. Como referencial, pode-se dizer que a taxa de desemprego oscilou, desde o princípio da década de 90, algo entre 4,0% e 6,0%. Tomando-se a previsão da taxa para o corrente ano, em torno de 6,5%, pode-se dizer que, mesmo se reconhecendo a gravidade do problema, ela não está fora dos padrões internacionalmente observados, descritos no Gráfico 14. Em especial, as taxas observadas nos países europeus, onde o Welfare State impõe dificuldades na expansão do emprego, pelo altos encargos sociais que dele emergem, são sensivelmente maiores do que o nível de desemprego aberto aqui observado.

Nota-se, contudo, que ocorrem duas etapas distintas. A primeira iniciando-se em 1992, quando, já em pleno processo de abertura comercial, a taxa de desemprego apresentou uma tendência claramente declinante, em especial na fase de implantação do Plano Real. Após, ela passou a elevar-se até o início de 1996, tendência que se acentuou ao final de 1997. A razão dessa ascensão está claramente associada à necessidade de ajustes macroeconômicos visando defender a estabilização da economia diante de crises financeiras externas: em 1995, decorrente da crise do México, e mais recentemente, da crise asiática. Ainda que a explicação seja a defesa contra eventos desfavoráveis que estão acontecendo fora do País, não se pode ignorar que a forma como ela ocorre, principalmente no que diz respeito às abruptas elevações das taxas de juros, advém, em grande parte, das dificuldades das reformas estruturais internas que permitissem ao Governo maior grau de liberdade, ou um leque mais amplo de alternativas nas políticas de ajustes que poderiam ser adotadas.

⁷ As estatísticas desse gráfico referem-se à mesma fonte das observadas no Gráfico 1, onde as taxas de desemprego aparecem na forma de média mensal anual, enquanto aqui estão apresentadas na forma de médias móveis trimestrais.

3.2 - A pressão demográfica sobre o desemprego

O Brasil apresentava, no passado, taxas de crescimento demográfico bastante elevadas, as quais, atualmente, vêm caindo rapidamente. Contudo o crescimento populacional é algo que prolonga seus efeitos no tempo, quando se trata de avaliar os impactos sobre o mercado de trabalho. Ainda que não se possa atribuir total responsabilidade a esse fato pelas dificuldades de se gerarem as vagas necessárias para atender ao aumento da oferta de trabalho, a pressão demográfica ainda é um elemento estrutural com presença marcante na explicação do comportamento do desemprego brasileiro.

As projeções populacionais do IBGE revelam também um descompasso entre o crescimento populacional e o crescimento da PEA, especialmente em determinados segmentos desta: enquanto a população cresce à taxa de 1,5% em termos anuais, a PEA cresce ainda à de 2,7%, representando um grande afluxo de novos ingressantes no mercado de trabalho, o que tem sido denominado de "a onda jovem". Em outras palavras, existe uma clara pressão de oferta de trabalho afetando as taxas de desemprego, pois, embora o crescimento demográfico esteja em queda, os novos ingressantes no mercado de trabalho já nasceram em décadas passadas.

No que diz respeito a esse tipo de pressão sobre o desemprego, alguns fatos podem ser apontados, em particular o permanente crescimento da PEA metropolitana computado pelo IBGE. A mesma elevou-se cerca de 10,0% desde 1991, conforme revela o Gráfico 15. Boa parte desse crescimento deve-se à procura por trabalho, pressionando o mercado e transformando-se em desemprego.⁸ Em abril deste ano, a Fundação SEADE/DIEESE verificou um acréscimo de 92 mil desempregados na Região Metropolitana de São Paulo, num contexto onde o setor produtivo criou cerca de 32 mil vagas. Já o IBGE, nessa mesma época, verificou uma relativa constância do número de ocupados, mas com um acréscimo de aproximadamente 41,0% na procura por emprego.

Essas evidências indicam ser ainda significativa a pressão demográfica nas taxas de desemprego, a qual somente se esgotará por volta do ano 2010,

⁸ Não se desconhece aqui que existe uma nítida associação entre o ciclo econômico e o ingresso dos denominados "trabalhadores secundários" no mercado de trabalho, na forma de "trabalhador adicional" — aquele que busca, na crise, auxiliar a recomposição da renda familiar — e de "trabalhador desencorajado" — cujas dificuldades em obter um novo emprego determinam sua retirada da força de trabalho. Essa discussão não será aqui empreendida, pois se pretende apenas mostrar que a oferta de trabalho originada da pressão demográfica representa uma importante causa estrutural afetando as taxas de desemprego.

quando as taxas de crescimento da população e da PEA se equilibrarão em torno de 1,0% ao ano.

Outra evidência da pressão jovem sobre a taxa de desemprego aberto é constatada ao verificar-se que tem crescido o contingente de indivíduos que buscam pela primeira vez o seu primeiro emprego. As estatísticas da PME-IBGE indicam que, em 1990, cerca de 7,8% da taxa média de desemprego aberto nas regiões metropolitanas decorria da busca do primeiro emprego, cifra que se elevou para 8,3% em 1997.

3.3 - A face oculta do desemprego

O argumento de que a taxa de desemprego aberto brasileira se encontra em patamares socialmente aceitáveis, mesmo em condições de um conjunto de ocupações carecendo de maior qualidade, é válido, mas uma investigação mais detalhada da taxa observada revela um quadro mais dramático sobre a ótica da incidência do desemprego.

Através da observação dos dados do Gráfico 16, reforça-se o caráter estrutural do desemprego atual, uma vez que tem aumentado paulatinamente o tempo médio de procura de trabalho ao longo da década de 90. De fato, esse tempo de procura, que era cerca de 12 semanas no início de 1991, passou a aproximadamente 24 semanas no primeiro semestre de 1998, ou seja, dobrou. Em particular, a dificuldade de obter-se uma nova ocupação vem se agravando rapidamente a partir de 1995.⁹ Em outras palavras, tem se elevado o chamado “desemprego de longa duração”.

Outra constatação, talvez mais grave do que a anterior, diz respeito ao aumento do número de chefes de família que estão passando para a condição de desempregados, conforme atestam as informações do Gráfico 17. Embora, em média, tenha se mantido constante ao longo dos anos 90, essa percentagem aumentou relativamente em meados da década anterior. Trata-se de uma situação indesejada sob qualquer ótica, pois, mais do que o desemprego do chefe de família, é a própria sobrevivência familiar que fica ameaçada.

Finalmente, nota-se, pelo Gráfico 18, que o desempregado típico, no Brasil metropolitano, tem um perfil jovem entre 15 e 24 anos, possui um menor engajamento com relação ao trabalho, como os filhos, ambos em idade onde

⁹ Embora essas estatísticas se refiram à área metropolitana de São Paulo, as evidências são de que tal fenômeno vem ocorrendo em praticamente todas as grandes metrópoles brasileiras.

devem estar investindo na sua educação, seja formal, seja em formação profissional ou em outro tipo de elevação da qualidade de sua mão-de-obra. Muito mais do que revelar sua vulnerabilidade perante o mercado de trabalho, indica uma situação grave, na medida em que se trata de indivíduos que nem estão engajados num processo educacional, como deveriam, contribuindo, ainda, para pressionar o mercado de trabalho, já escasso em oportunidades de emprego para os adultos.

4 - Caminhos a serem seguidos

O Mundo está se transformando como sempre esteve, só que numa velocidade muito mais elevada, chegando a ser vertiginosa. Os mercados financeiros tornaram-se voláteis, e os capitais internacionais altamente especulativos, migrando na rapidez com que se pressiona a tecla do computador. No campo do trabalho, as transformações também são profundas e rápidas, tendo em vista a necessidade de a empresa ser competitiva. O Estado esclerosou-se. Tornou-se obsoleto, ampliou sua ineficiência já intrinsecamente natural, não conseguindo nem mesmo cumprir suas funções clássicas.

Nessa nova etapa da humanidade, a globalização pode mesmo ser vista como um imperativo, uma forma de mudança que se espalha pelo globo, um verdadeiro jogo de perde e ganha para quem dela participa, mas certamente somente de perdas para aqueles que nela não se inserirem. Ao País, não resta outra alternativa senão nela se adentrar, para dela tirar todo o proveito.

Nesse sentido, a tarefa não é fácil, pois já acumulamos uma herança histórica de pobreza, marginalidade e distribuição de renda excessivamente desigual, as quais devemos resgatar. Contabilizando-se tudo, trata-se de uma Nação onde um futuro mais promissor depende essencialmente de amplas transformações estruturais, que lhe permitam penetrar num mundo moderno e competitivo, cujos ganhos devem se distribuir para resgatar nossa dívida social.

No caso do mercado de trabalho brasileiro, ficou clara a natureza estrutural de seus problemas, não passando de pura ilusão a expectativa de que as soluções ocorrerão a curto prazo, bem como de que será através desse mercado que a renda será distribuída e a miséria solucionada. De qualquer forma, é necessário insistir na urgência das reformas, ainda que saibamos que seus efeitos somente advirão em médio e longo prazos. De imediato, é necessário tomar as medidas que reduzam os custos da transição, em especial referentes ao desemprego, principalmente nas regiões metropolitanas, onde o fenômeno atinge proporções mais dramáticas. Para

isso, o Governo conta com o Programa de Seguro-Desemprego, assim como com outros programas visando facilitar o crédito para micros, pequenos e médio empresários.

Mas, em decorrência do caráter estrutural das transformações requeridas, é para o longo prazo que as ações do Governo devem se voltar, ainda que muitas delas não dependam somente do Executivo, mas de outras esferas de governo, com destaque para o Legislativo, e mesmo de outros segmentos da sociedade. A geração de mais e melhores empregos passa não só por amplas reformas na área do trabalho, sejam de conteúdos programáticos ou normativos, mas depende também das demais reformas econômicas e de infra-estrutura que o País deve realizar, buscando reduzir sua ineficiência, elevar a produtividade global e tornar-se competitivo.

Um elenco não exaustivo inclui as seguintes ações:

- a) crescer é a melhor política de empregos existente. Para tanto, é necessário investir, o que somente é possível com juros de longo prazo baixos e, mais do que isso, horizontes seguros e expectativas de que a estabilidade veio para ficar. Isso somente deve ocorrer com o definitivo equacionamento do **déficit público**, representando uma ação concertada com o Legislativo quanto às reformas estruturais (fiscal, administrativa e previdenciária). Investir, crescer e desenvolver-se são as condições suficientes para gerar melhores empregos, reduzir o desemprego, elevar salários, etc. Para tanto, porém, é preciso um ambiente institucional favorável, ou seja, as condições necessárias que, dentre outras, devem ser tomadas;
- b) deve-se, igualmente, buscar a ampliação da própria eficiência do mercado de trabalho, como elemento a trazer impactos qualitativos e quantitativos positivos sobre o mesmo. É necessário maior empenho e ousadia na articulação dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra — Sistema Nacional de Emprego (SINE) — e de formação profissional, em direção a um verdadeiro sistema (ou serviço) público de emprego, nos moldes da Convenção nº 88 da OIT, cuja visualização aparece no Esquema 1. Somente em período recente é que, efetivamente, as ações do Ministério do Trabalho têm caminhado nessa direção, mas cujos efeitos são naturalmente lentos. O sucesso desse empreendimento permitira, ao menos, tirar o cidadão trabalhador da condição de “anônimo estatístico”;
- c) além da educação básica e da luta pela erradicação do analfabetismo, é preciso investir maciçamente na formação de recursos humanos,

qualificação e requalificação da força de trabalho, assim como na formação profissional. Isto é imperioso para darmos o salto qualitativo que habilitará o País a enfrentar os desafios tecnológicos com trabalhadores adequados. Somente assim minimizaremos os efeitos da globalização sobre a baixa "empregabilidade" do trabalhador brasileiro. Se treinar não é garantia de emprego, certamente cria um ambiente favorável aos trabalhadores, quando houver a retomada do crescimento. Ademais, desde que o treinamento é um processo e não um ato isolado, é necessário que ocorra no contexto do item anterior, pois o treinado deve ser recolocado em atividades produtivas. Caso contrário, promove-se o desperdício dos recursos públicos. Para que isso não venha a ocorrer, é fundamental a participação das empresas nos planos e nos programas de treinamento;

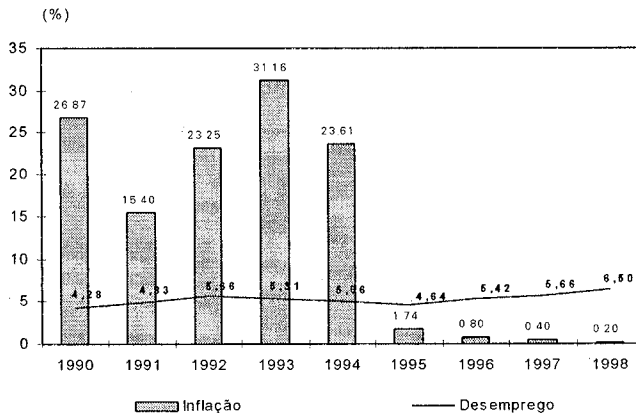
- d) é necessário rever a legislação trabalhista, redefinindo os direitos dos trabalhadores, de forma a tornar mais atrativa a contratação e o investimento em treinamento pela empresa e menos custosa a manutenção e a dispensa para o empregador. O mundo do trabalho ora em desenvolvimento é de maior rotatividade no trabalho, e, para isso, temos que adaptar nossas instituições. Essa revisão passa pela redução dos custos não salariais do trabalho por meio da redução dos encargos sociais, assim como pela introdução de novas formas de trabalho, as quais contemplem inclusive a negociação da jornada de trabalho entre as partes;
- e) o mundo moderno tem observado novas formas de trabalho do tipo autônomo, familiar, teletrabalho, etc. É necessário apoiar essas tendências como forma de se criarem novos empregos, notadamente nesta fase de ajustamento estrutural ao processo de globalização. Assim deve ser também com o apoio às micro, pequenas e médias empresas e outros empreendimentos semelhantes, os quais são reconhecidamente geradores de emprego;
- f) é imperioso um novo modelo de relações capital-trabalho com absoluta primazia para o sistema negocial e para uma estrutura sindical realmente representativa. Erigir um modelo onde a resolução dos conflitos é endógeno à própria negociação em muito contribuirá para amenizar problemas relativos ao desemprego em geral. Deve-se ampliar o espaço de negociação entre o capital e o trabalho, buscando aumentar a autocomposição entre as partes, reduzindo o conflito entre elas. A Justiça do Trabalho deve apenas interceder no caso dos conflitos de direito, e a resolução dos conflitos de interesses deve ser competência das partes;

- g) para isso surtir efeito, é preciso fortalecer o papel dos sindicatos, acabando com os "sindicatos de papel". Para tanto, são necessários o fim da unicidade sindical e, principalmente, a eliminação da contribuição compulsória. Isso certamente contribuirá para elevar a participação dos sindicatos, os quais, pela sua efetiva representatividade, passarão a ter importância decisiva na manutenção do emprego ou na redução do desemprego decorrentes dos ganhos de produtividade oriundos da globalização; e
- h) esses benefícios devem também ser repartidos na forma de ganhos de renda, os quais não tenham implicações salariais que acarretem restrições ao emprego. Assim, devem ser estimulados programas de participação nos lucros e resultados das empresas. Isso flexibiliza a renda real dos trabalhadores, com efeitos tanto micro como macroeconômicos para o emprego.

O desemprego e as políticas de emprego possuem caráter nacional, mas a globalização tira muitos graus de liberdade do Governo na busca da solução para esses dilemas. Isso amplia a necessidade da participação e do engajamento de toda a sociedade no enfrentamento do problema, dependendo muito menos de matizes ideológicos e muito mais da vontade nacional.

Gráfico 1

Taxas de inflação e de desemprego aberto no Brasil — 1990/98



FONTE: ICV-FIPE.

PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. (1990/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: 1. Média mensal do ano.

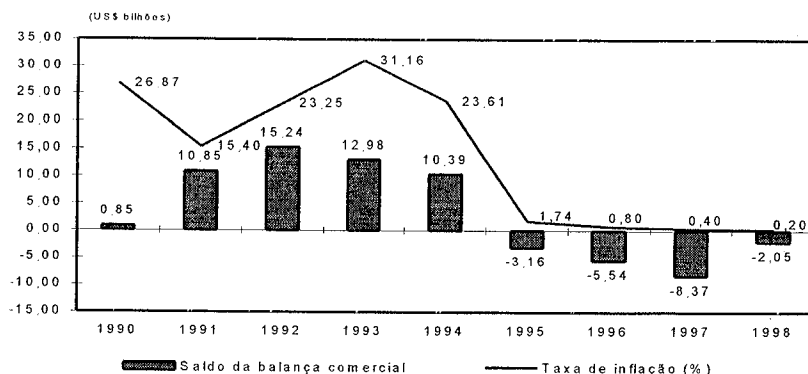
2. O desemprego aberto refere-se à média das seis principais regiões metropolitanas.

3. A taxa de desemprego de 1998 é estimativa.

4. Os dados de 1998 vão até abr./98

Gráfico 2

Inflação e saldo da balança comercial no Brasil — 1990/98



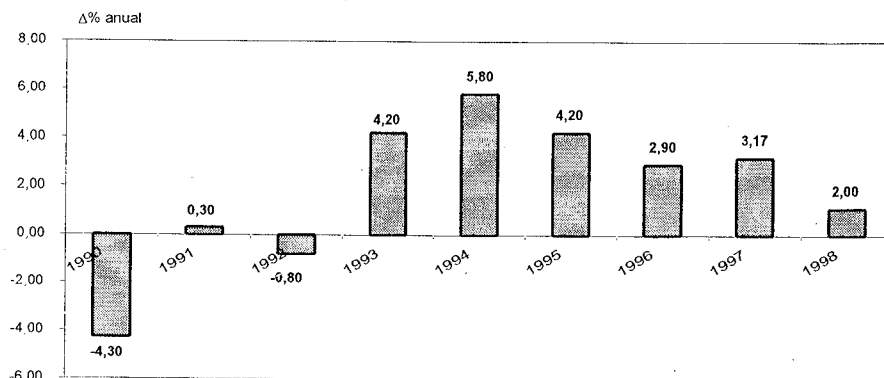
FONTE: ICV-FIPE.

Bacen.

- NOTA: 1. Os dados da inflação referem-se à média mensal do ano.
 2. O saldo da balança comercial está medido em US\$ bilhões.
 3. A taxa de inflação está medida em percentual.
 4. Os dados de 1998 vão até maio/98.

Gráfico 3

Evolução do PIB no Brasil — 1990/98

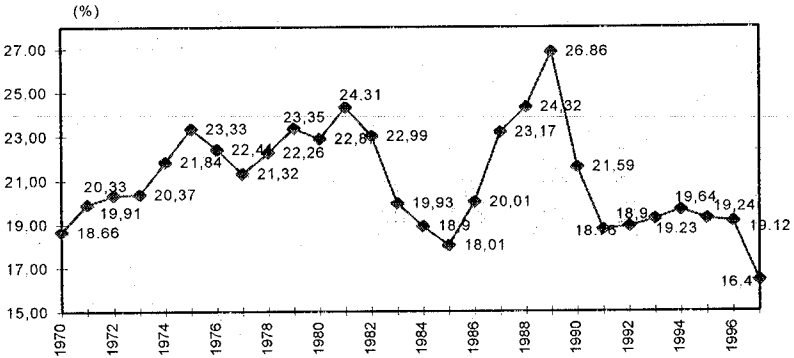


FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados de 1998 são estimativa.

Gráfico 4

Investimento interno bruto em porcentagem do PIB no Brasil — 1970-97

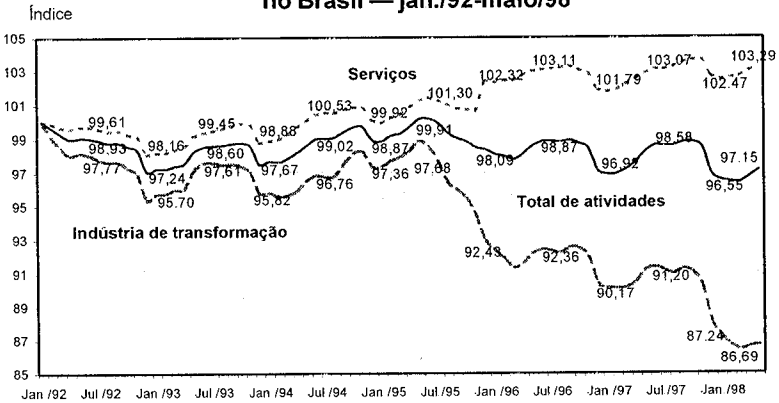


FONTES: IBGE.

NOTA: O dado de 1997 é preliminar.

Gráfico 5

Evolução do índice de emprego formal do total das atividades, da indústria de transformação e dos serviços no Brasil — jan./92-maio/98

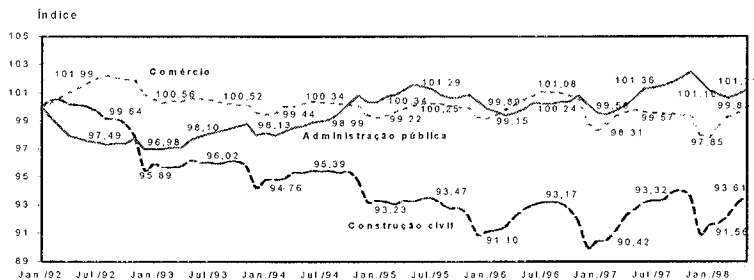


FONTES: Lei nº 4.923, de 23.12.65. Brasília: Mtb/CAGED.

NOTA: Os dados têm por base jan./92 = 100.

Gráfico 6

**Evolução do índice de emprego formal da construção civil,
do comércio e da administração pública
no Brasil — jan./92-maio/98**

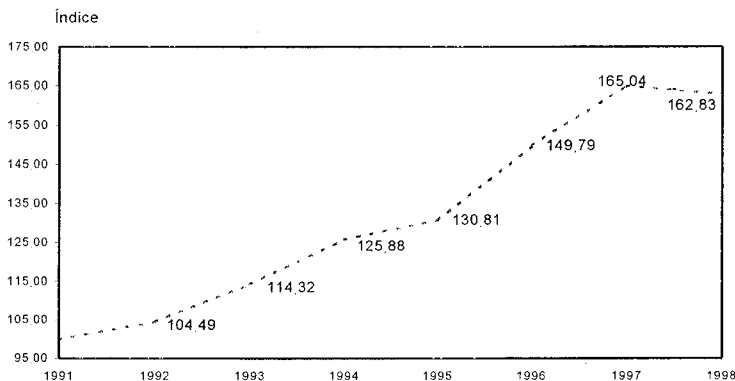


FONTE: Lei nº 4.923, de 23.12.65. Brasília: Mtb/CAGED.

NOTA: Os dados têm por base jan./92 = 100.

Gráfico 7

Evolução do índice de produtividade na indústria do Brasil — 1991/98



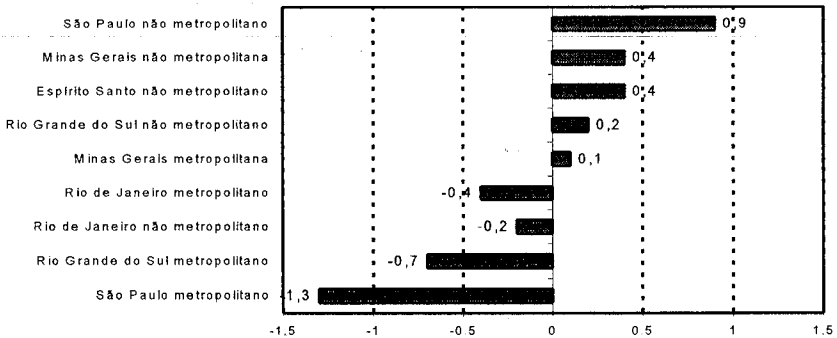
FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL (1991/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: 1. Média anual.

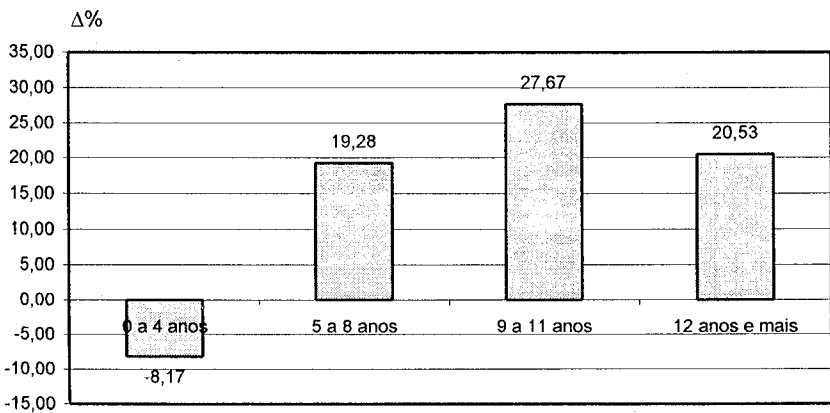
2. A produtividade na indústria é definida como quociente entre a produção física e o número de ocupados.

3. Os dados de 1998 vão até abr/98.

4. Os dados têm por base jan./91 = 100.

Gráfico 8**Variação percentual do emprego em alguns estados do Brasil, segundo regiões metropolitanas e não-metropolitanas — 1992-96**

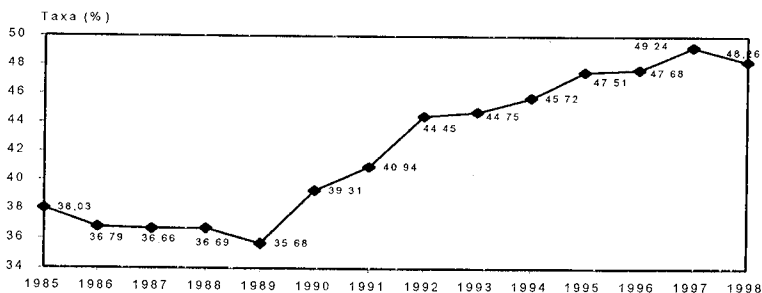
FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1992/1996). Rio de Janeiro: IBGE.

Gráfico 9**Taxa de crescimento do emprego, segundo a escolaridade, no Brasil — 1992-96**

FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1992/1996). Rio de Janeiro: IBGE.

Gráfico 10

Evolução do grau de informalização do pessoal ocupado nas áreas metropolitanas de RE, SA, BH, RJ, SP e POA — 1985-98

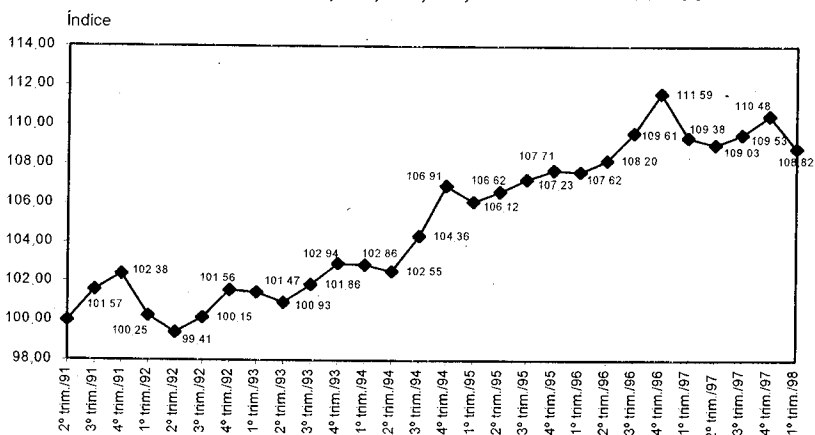


FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1985/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

- NOTA: 1. O grau de informalização corresponde ao quociente da soma dos ocupados sem carteira e por conta própria sobre o total dos ocupados.
2. Dados de dezembro de cada ano.

Gráfico 11

Evolução da ocupação total das áreas metropolitanas de RE, SA, BH, RJ, SP e POA — 1991-98



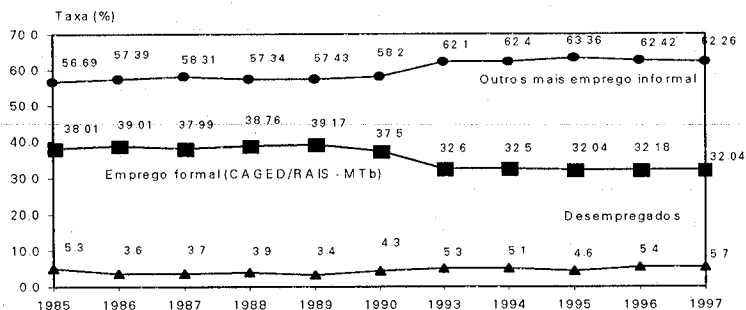
FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1991/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: 1. Média móvel trimestral.

2. Os dados têm por base o segundo trimestre de 1991 = 100.

Gráfico 12

Composição do mercado de trabalho no Brasil — 1985-1997



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMÍLIOS (1985/1990, 1993/1997).

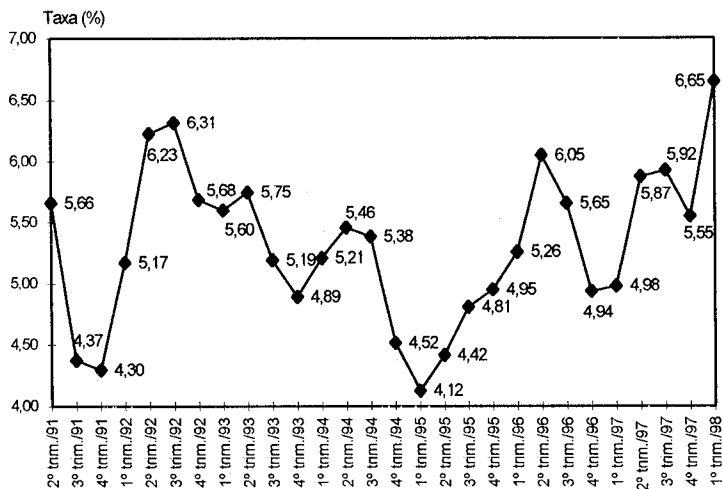
PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1985/1990, 1993/1997).

NOTA: 1. Percentual da PEA.

2. Os dados de 1997 são estimativas.

Gráfico 13

Evolução da taxa de desemprego aberto nas áreas metropolitanas de RE, SA, BH, RJ, SP e POA — 1991/98

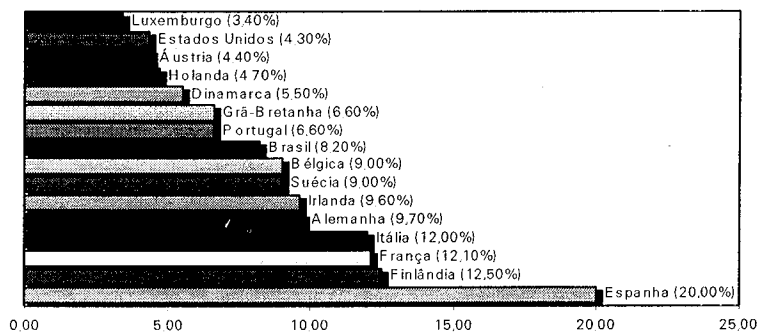


FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1991/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: Média móvel trimestral.

Gráfico 14

Taxa de desemprego em países selecionados — fev./98



FONTE: OIT.

IBGE.

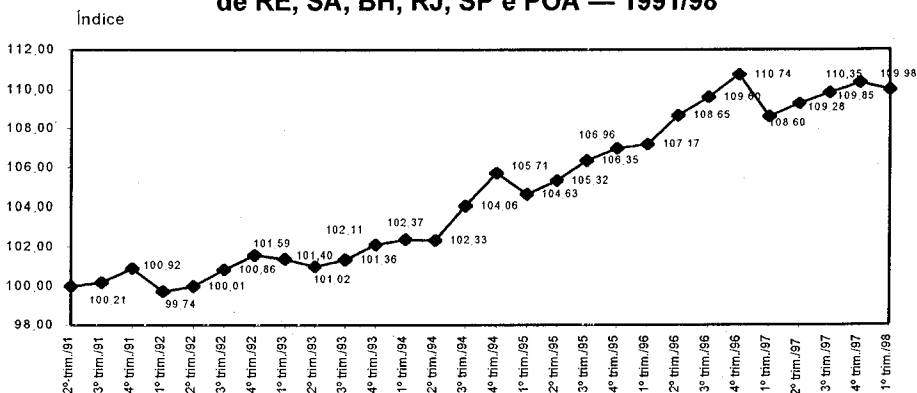
NOTA: 1. Em percentual da PEA.

2. O dado dos Estados Unidos é de abr./98.

3. O dado do Brasil refere-se às seis principais regiões metropolitanas em maio/98.

Gráfico 15

Evolução da PEA total das áreas metropolitanas de RE, SA, BH, RJ, SP e POA — 1991/98



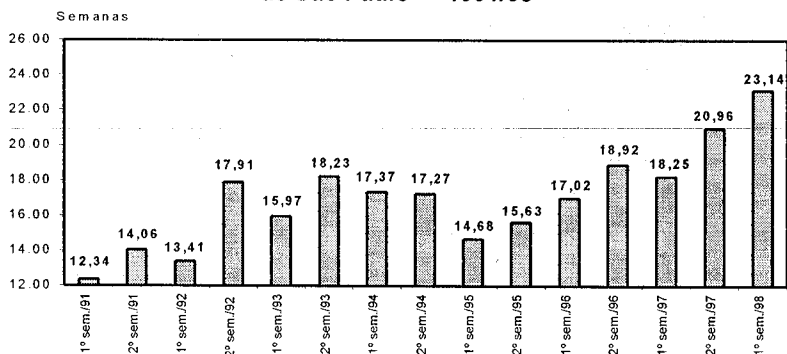
FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1991/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: 1. Média móvel trimestral.

2. Os dados têm por base o segundo trimestre de 1991 = 100.

Gráfico 16

Evolução do tempo médio de procura de trabalho na área metropolitana de São Paulo — 1991/98



FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1991/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

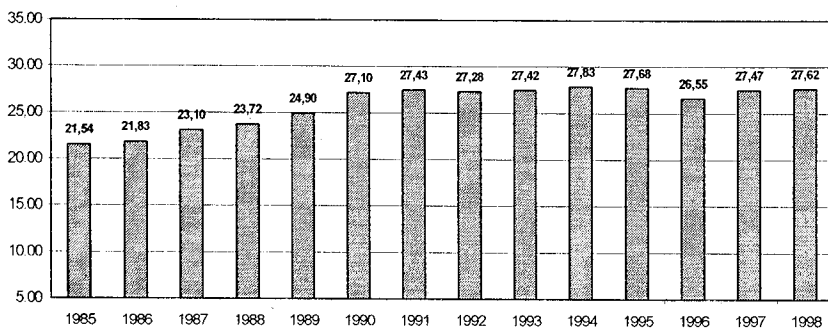
NOTA: 1. Para os meses de jun.-jul./92, não foram levantadas as informações em função da greve.

2. Os dados do 1º sem./92 e do 1º sem./98 referem-se ao período jan.-maio.

3. Os dados do 2º sem./92 referem-se ao período ago.-dez.

Gráfico 17

Participação percentual dos chefes de família na taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do Brasil — 1985/98

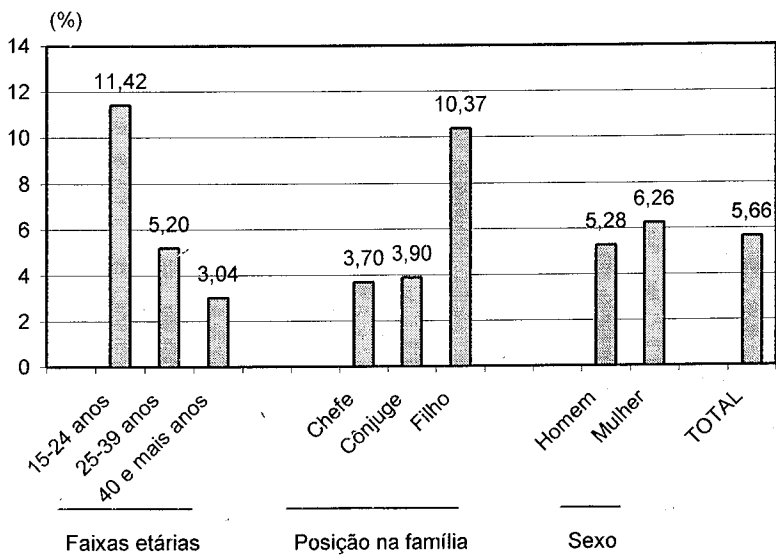


FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1982/1998). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: Os dados de 1998 referem-se ao período jan.-maio.

Gráfico 18

Taxa de desemprego segundo atributos pessoais, no Brasil metropolitano — 1997

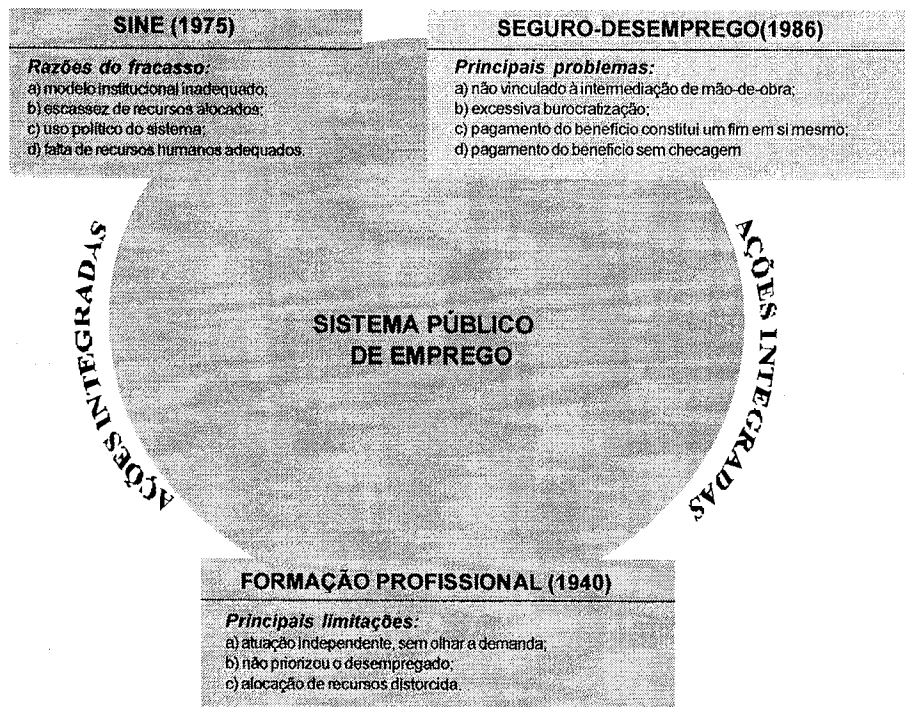


FONTE: PESQUISA MENSAL DE EMPREGO (1997). Rio de Janeiro: IBGE.

NOTA: Média mensal.

Esquema 1

Políticas públicas no âmbito da área trabalho no Brasil



Bibliografia

- AMADEO, E. (1996). **Negociação salarial, consolidação da estabilização e empregos industriais**. Brasília : PUC/MTb. (Relatório de Pesquisa). dez.
- AMADEO, E. (1998). **Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho**. Brasília. (Documento apresentado na Câmara dos Deputados, maio).
- BARROS, R. P. et al. (1996). **O impacto da abertura comercial no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA. (Mimeo). abr.
- BARROS, R.P. et al. (1996). **A estrutura do desemprego no Brasil**. Rio de Janeiro: MTb/ANPEC/IPEA. (Relatório de Pesquisa). dez.
- BARTOLOMEI DE LA CRUZ, H. (1998) A globalização da economia e o direito internacional do trabalho: realidade e desafios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RELAÇÕES DE TRABALHO: aspectos, jurídicos, sociais e econômicos. Brasília. **Anais...** Ministério do Trabalho : Brasília.
- CHAHAD, J. P. Z., JATOBÁ, J. (1997) **O desempenho recente e as perspectivas do mercado de trabalho brasileiro**. Brasília : Ministério do Trabalho. (Mimeo)
- CHAHAD, J. P. Z.(1997). **Seguro-desemprego: lições da história, aspectos teóricos e perspectivas para o Brasil**. São Paulo : IPE?USP. (Séries Ensaios Econômicos).
- EATWELL, J.(1996). Desemprego em escala mundial. **Economia e Sociedade**, Campinas : IE/UNICAMP, n.6, jun.
- GONZAGA, G. (1997). **Emprego no Brasil: um problema de baixa produtividade**. Rio de Janeiro: Banco de Investimentos Garantia. abr.
- HEPPLE, B. (1998). Emprego: garantia e flexibilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RELAÇÕES DE TRABALHO: aspectos, jurídicos, sociais e econômicos. Brasília. **Anais...** Ministério do Trabalho : Brasília.
- INFORMA: **panorama laboral 97** (1997). Lima : OIT. dez.
- LEITE, E. (1996). **El rescate de la calificación**. Montevidéo : OIT/CINTERFOR.
- LOCKE, R. (1997). **Recent changes in the world of work**. (International Meeting on Employment and Labor Policies, São Paulo, abr., mimeo).
- MERCADO **de trabalho e a geração de empregos**, O. (1997). 2.ed. Brasília : Presidência da República. (Texto elaborado pelo Ministério do Trabalho).

- NETTO, A. D. (1996). **O desemprego neo-social**. Brasília : Congresso Nacional. (Mimeo).
- PASTORE, J. (1998). **O desemprego tem cura? Boletim Think Thank**, São Paulo : Instituto Liberal. (Encarte especial).
- PERSPECTIVES **on the brazilian labor market** (1997). Brasília : OIT/ETM/ MTb. (Documento preliminar). dez.
- PIRES DE SOUZA, F. E. (1996). **O investimento antes e depois do Plano Real: a macroeconomia e seus números**. Rio de Janeiro : UFRJ. (Mimeo).
- POLÍTICAS **de emprego: a experiência brasileira** (1997). Brasília : OIT/ETM/ MTb, (Documento preliminar). dez.
- ROMAGNOLI, U.(1998). Estabilidade *versus* precariedade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RELAÇÕES DE TRABALHO: **aspectos, jurídicos, sociais e econômicos**. Brasília. **Anais...** Ministério do Trabalho : Brasília.
- WEISS, M. (1998). Políticas para a promoção de emprego. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RELAÇÕES DE TRABALHO: **aspectos, jurídicos, sociais e econômicos**. Brasília. **Anais...** Ministério do Trabalho : Brasília.